

Dez anos depois de Itaipu os Avá-Guarani estão sem terra

Índios avá-guarani, que tiveram suas terras alagadas pela hidrelétrica de Itaipu em 1.982, foram recebidos na última terça-feira, pela assessora especial de Assuntos Indígenas do Governo, Azalene Krig Inácio. Em reunião no Salão dos Governadores, os avá-guarani disseram que pretendem ocupar o Parque Nacional do Iguaçu porque está vivendo em péssimas condições na faixa de segurança de Itaipu. A socióloga caingangue Azalene Inácio alertou para a impropriedade da decisão, explicando que a solução está na compra de terra por Itaipu. Ela se comprometeu a participar das negociações e encaminhar soluções que beneficiem a comunidade.

O cacique Inocência Acosta veio acompanhado de outros índios da tribo, do guarani José Bonifácio Veron, da Assembléia geral Guarani - que reúne sete Estados - de representantes do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e da CPT (Comissão Pastoral da terra). Ele disse que desde 1982 os 235 índios (45 famílias) enfrentam um terreno

Itaipu e estão sujeitos à água que chega contaminada pelo uso de agrotóxicos nas terras vizinhas, à doenças e às dificuldades de uma área onde não há cobertura vegetal suficiente, nem caça, nem pesca.

Viver no Parque Nacional do Iguaçu foi uma idéia que surgiu para os avá-guarani depois de percorrerem diversas áreas de terras que poderiam ser compradas por Itaipu mas que não foram consideradas adequadas por falta de vegetação, fauna e proximidade com outras tribos. A assessora de assuntos indígenas lembrou que "é preciso alertar para ações incorretas que resultarão em prejuízo aos próprios índios". Azalene também prometeu averiguar informações que os índios trouxeram de que a Funai, Itaipu e Eletrosul estariam fazendo um convênio que além de não ter sido debatido com a comunidade, não é de interesse do grupo.

Área Intocável - Com 170 mil hectares, o Parque Nacional do Iguaçu, o primeiro do País, "é um patrimônio das Humanidade, uma área

alertou o procurador geral do Estado, Carlos Frederico Marés, ao receber a informação. "pelos documentos que examinei, os avá-guarani ocupavam uma área de aproximadamente mil hectares no Ocoí, afluente do Paraná". É para essa área que os índios têm direito a ressarcimento. Na opinião dele, Itaipu deve adquirir uma área similar ao longo do rio Paraná, mesmo que dentro do Estado de Santa Catarina.

Essa idéia de ocupar o parque é um completo absurdo, segundo o secretário executivo da Comissão da terra do Paraná, Irineu Dalla Corte, considerando que os índios dentro do parque acabariam sendo usados por proprietários de serrarias para o corte e retirada de madeira.

O advogado Mário Brito, da procuradoria Jurídica do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), que participou de uma comissão que auxiliou na busca de áreas para a compra por Itaipu, disse que mesmo uma área em Guaratuba, no litoral, com vegetação e proximidade à ilha da Cotonga, onde vivem os guaranis, desa-



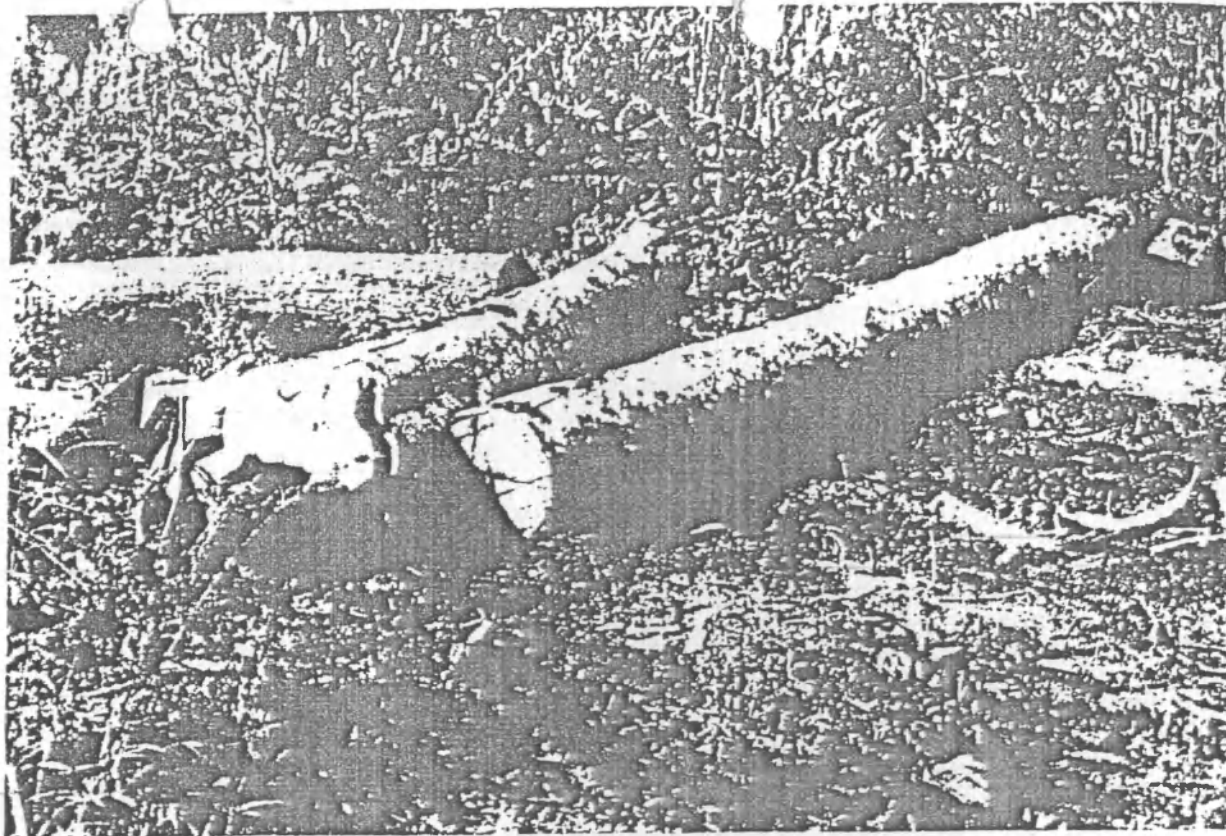
28, 08, 92

CURITIBA HOJE

Foz do Iguaçu (Sucursal) — Documento que está sendo encaminhado as autoridades brasileiras, assinado por líderes indígenas do RS, SC, PR e MS, volta a denunciar Itaipu e Funai por abandono à tribo dos Avás Guarani, às margens do lago binacional. O documento foi extraído após assembleia indígena de três dias em São Miguel do Iguaçu, município que também é acusado de não fazer o repasse de royalties, já recebidos, aos silvícolas. E pior: a denúncia comprova que determinações de sentença proferida pelo juiz federal Edgar Lippmann Júnior, em 24 de outubro de 1990, contra os denunciados, não são cumpridas. E essas determinações deveriam ser "cumpridas em caráter de urgência absoluta", frisa a sentença judicial".

Os Avás Guarani são pouco mais de 230 índios em todo planeta, hoje, e a única aldeia estava às margens do Rio Paraná. Com a formação do lago binacional de Itaipu em fins de 1982, foram fixados em Santa Rosa do Ócoi. São Miguel do Iguaçu, em cerca de 250 hectares de matas nativas remanescentes na faixa de proteção do lago. Mas os Avás alegam que possuíam cerca de 1,5 mil hectares de terras. Para calar a tribo, o então diretor jurídico de Itaipu, Ferro Costa, encheu os índios de presentes, desde relógios, rádios e barcos com motor, fora assistencialismo

Com o passar dos anos as "mordomias" foram sendo "cortadas", mas o status dos silvícolas continuou sendo mantido com a venda de madeiras, "conforme malsinadas autorizações", lembra Lipp-



Troncos de árvores cortadas na reserva indígena (em 1990)

mann na sentença. Estas autorizações eram dadas pelo Departamento de Meio Ambiente de Itaipu, com aval do Ibama, e só pararam em março de 1990, quando a Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz fez denúncia à Justiça Federal, levando até a reserva o juiz Edgar Lippmann Júnior, o procurador da República, Clemerson Merlin Cleve, o delegado da PF, Luiz Carlos Miranda Ramos e agentes.

Na sentença, proferida em outubro do mesmo ano, Lippmann cita: "além da devastação da reserva florestal nativa que encobre a área, existe a degradação diária do nível de vi-

taxa de contaminação por surto de malária, além da manifesta desnutrição, principalmente por parte dos pequenos infantes que um dia, quem sabe, possam perpetuar a espécie hoje em fase de franca extinção".

Como providências imediatas, o juiz federal proibiu "terminantemente o corte ou derubada de qualquer espécie integrante da reserva florestal" e, determinou à Itaipu Binacional, "em conjunto com a Funai, procedam ao reavivamento das divisas de área titulada em nome dos silvícolas com a dos proprietários vizinhos em toda a sua extensão,

o ônus financeiro de tal determinação".

Porém, dado ao que foi determinado — inclusive assistência médica — foi cumprido, frisam as lideranças indígenas. Logo após a sentença, Itaipu formou uma comissão com vários segmentos sociais, para buscar uma solução ao problema dos Avás. O IAP já sugeriu algumas áreas para os índios, que as visitaram e não aceitaram. Agora eles ameaçam ocupar uma parte do Parque Nacional do Iguaçu, com o que não concordam entidades ambientalistas, temendo depredação do patrimônio da humanidade como foi registrado onde foram assentados há uma dé-